

Auditoria apura desvio de US\$ 6,3 milhões do SUS

Maurício Claret/AE

Segundo o Ministério da Saúde, problema teria sido causado por corrupção e má administração

SÔNIA SILVA

BRASÍLIA — A corrupção e a má administração do dinheiro público foram responsáveis pelo desvio de CR\$ 1,7 bilhão (US\$ 6,3 milhões) dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), em valores de dezembro de 1993, conforme resultado preliminar de auditoria realizada pelo Ministério da Saúde em mil hospitais públicos e privados. As irregularidades incluem desde reutilização de material descartável a internações desnecessárias, cobranças de procedimentos médicos sem comprovação, altas precoces de pacientes e cobrança de diárias indevidas. Em São Paulo, segundo o ministério, a auditoria foi dificultada pela recusa da Secretaria Estadual de Saúde de fornecer documentos contábeis.

Em cada Estado foram analisadas, em média, 20% das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) — documento pelo qual o ministério paga os serviços de internação de pacientes do SUS — referentes à dezembro de 1993, em um total de 72.284 autorizações. Destas, 28,17% apresentavam irregularidades (18.168), o equivalente a CR\$ 1.638.874.798,53. O Estado com maior índice de irregularidades é Roraima, com 80% de AIHs indevidas — seguido pelo Maranhão (60%) e Ceará (43%). Em São Paulo, das 14.762 AIHs analisadas, 4.428 (30%) tinham irregularidades.

De acordo com o Ministério da

Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo não permitiu a realização da análise contábil dos documentos existentes na secretaria. "Não queremos ferir a autonomia dos Estados e municípios, mas o ministério não vai abrir mão do controle", avisou ontem o ministro da Saúde, Henrique Santillo. Segundo o relatório, em São Paulo não está ocorrendo o devido investimento de recursos do SUS nos hospitais, por meio de compra de medicamentos ou reparos da rede pública, o que estaria contribuindo para o sucateamento dos hospitais. Também em São Paulo, os auditores descobriram hospitais com superpopulação de médicos, como o Hospital Geral de Taipas, que, segundo o relatório, precisa de 30 médicos e atua com 430.

Em Goiás, o relatório apontou a existência de hospitais sucateados e com leitos desativados cadastrados como "excelência" no SUS. Os auditores chegaram a recomendar o fechamento dos hospitais, e fizeram um alerta sobre a existência de firmas especializa-

**QUANTIA SE
REFERE APENAS
AO MÊS DE
DEZEMBRO**

das em faturamento hospitalar informatizado.

Os hospitais tem 30 dias para apresentação de defesa, para depois serem julgados pelo ministério. O dinheiro desviado terá que ser devolvido aos cofres públicos e poderá haverá credenciamento e intervenção. De acordo com o ministro da Saúde, em casos de "falta grave", como internações fantasmas e apropriação indébita de recursos públicos, haverá encaminhamento dos processos para o Tribunal de Contas da União. Os auditores terão de analisar a situação de outros 88 hospitais para apresentação de um relatório final, previsto para o final do mês.



Hospital Brigadeiro, na região central: paralisação dos médicos e demais funcionários foi parcial

Médicos decidem manter paralisação

A greve no sistema estadual de saúde entra hoje no terceiro dia. A paralisação, que abrange médicos e funcionários, teve ontem adesão parcial. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo, Ângelo D'Amorim Filho, afirmou que 40% da categoria aderiu ao movimento. A assessoria de imprensa da Secretaria de Saúde, no entanto, garantiu que o atendimento foi normal.

De acordo com informações prestadas pelo sindicato dos médicos, a paralisação atingiu os Hospitais Brigadeiro, do Servidor Público Estadual, Emílio Ribas, Osasco e as regiões de Casa Verde, Vila Prudente,

Cupecê e algumas unidades do interior. O médico que estava ontem no plantão administrativo da diretoria do Hospital do Servidor, Paulo Montes Huvos, afirmou que cerca de 40% dos funcionários não compareceram ontem ao trabalho. Das 2.500 consultas feitas diariamente, só 30% foram realizadas. O atendimento no pronto-socorro, centro cirúrgico e aos internados continuou normal.

O superintendente do Hospital das Clínicas, Antônio Carlos Gomes da Silva, garantiu que funcionários e médicos compareceram normalmente ao trabalho ontem. "Registramos um índice de faltas de 7,6%, que sempre ocorre no complexo." Ele infor-

mou, no entanto, que o número de pacientes que recorreu ao Instituto Central ontem foi superior ao normal. "Isso deve ser reflexo da paralisação em outros locais."

Os funcionários da saúde reivindicam reposição de perdas salariais no valor de 219%, conversão dos salários para URV retroativo a 1º de março e melhores condições de trabalho. Os médicos, por sua vez, pedem o aumento do piso para 998,41 URVs, melhores condições de atendimento e reabertura dos 3 mil leitos desativados.

■ **Mais informações sobre greve nas páginas A8, A17 e C3**